

Ouvidoria Geral de Justiça

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Informativo da Ouvidoria Geral do TJPE

Atos normativos

Decisões judiciais

Compilado do mês de janeiro de 2021

Diagramação

Assessoria de Comunicação Social/TJPE



OUVIDORIA
GERAL



TJPE

Carta Esperança Garcia

A Carta Esperança Garcia é resultado de um primoroso trabalho elaborado pelos magistrados que participaram do curso "Racismo e suas Percepções na Pandemia", promovido pela ESMape e pela AMEPE, e traz ações importantes de combate ao racismo no Judiciário. Para conferi-la, basta clicar [aqui](#).

Atos normativos

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

- Atos

ATO Nº 26 DO TJPE, DE 13 DE JANEIRO DE 2021

DEFINE E TORNA PÚBLICO O CRONOGRAMA DE EXPANSÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE) NO ÂMBITO DOS 1º E 2º GRAUS, NAS CLASSES CRIMINAIS E DE ATOS INFRACIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Atos conjuntos

ATO CONJUNTO Nº 1 DO TJPE, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

INSTITUI, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, O PROGRAMA DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL, CRIA O CONSELHO DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E O COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA – CGGE.

ATO CONJUNTO Nº 2 DO TJPE, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

MANTÉM SUSPENSOS OS PRAZOS PROCESSUAIS DOS FEITOS QUE TRAMITAM EM MEIO FÍSICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ATO CONJUNTO Nº 3 DO TJPE, DE 22 DE JANEIRO DE 2021

INSTITUI O NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (NCJUD).

- Editais

EDITAL Nº 1 DO TJPE, DE 28 DE JANEIRO DE 2021

PRORROGA, ATÉ O DIA 30 DE AGOSTO DE 2021, O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL NO 01/2017, DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS VAGOS E À FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

- Editais conjuntos

EDITAL CONJUNTO Nº 1 DO TJPE, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ADESÃO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO AO PROGRAMA MORADIA LEGAL, INSTITUÍDO PELO DO PROVIMENTO CONJUNTO NO 01/2018 (DJE NO 102/2018, DE 05/06/2018).

- Instruções normativas

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2 DO TJPE, DE 27 DE JANEIRO DE 2021

ESTABELECE CRITÉRIOS E DIRETRIZES PARA CONFERIR MAIOR EFICIÊNCIA NOS PROCESSOS EXECUTIVOS FISCAIS, EM CONFORMIDADE COM O PROTOCOLO DE INTENÇÕES N. 001/2020 TJPE-TCE E À RESOLUÇÃO TCE N. 119, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

- Instruções normativas conjuntas

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 25 DO TJPE, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, O CADASTRAMENTO DE EMPRESAS PRIVADAS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA PARA RECEBIMENTO DE CITAÇÕES E INTIMAÇÕES DE FORMA ELETRÔNICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

- Projetos de lei complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1 DO TJPE, DE 6 DE JANEIRO DE 2021

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR NO 100 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, PARA CRIAR A VARA ÚNICA DISTRITAL DE FERNANDO DE NORONHA .

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2 DO TJPE, DE 26 DE JANEIRO DE 2021

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 100, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007 - CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO -, PARA CRIAR A VARA COLEGIADA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.

- Projetos de resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1 DO TJPE, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

ALTERA A RESOLUÇÃO N. 302, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, OS NÍVEIS HIERÁRQUICOS, AS COMPETÊNCIAS E AS ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS ÓRGÃOS GESTORES E UNIDADES ADMINISTRATIVAS, QUE INTEGRAM OS SERVIÇOS AUXILIARES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

- Provimentos

PROVIMENTO Nº 1 DO TJPE, DE 11 DE JANEIRO DE 2021

DISCIPLINA O PROCEDIMENTO A SER ADOTADO PELAS UNIDADES JUDICIAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE NAS INTERNAÇÕES PROVISÓRIAS, REVOGANDO O PROVIMENTO 03/2010-CGJ, PUBLICADO NO DJE DE 19/04/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

- Portarias conjuntas

PORTARIA CONJUNTA Nº 1 DO CNJ, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

INSTITUI COMITÊ DE APOIO TÉCNICO À REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO NACIONAL E À ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PARECERES TÉCNICOS SOBRE A AMPLIAÇÃO DA EFICÁCIA E EFETIVIDADE DO REFERIDO CONTENCIOSO A SEREM APRESENTADOS AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E À SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

- Recomendações

RECOMENDAÇÃO Nº 87 DO CNJ, DE 20 DE JANEIRO DE 2021

RECOMENDA AOS TRIBUNAIS E MAGISTRADOS A ADOÇÃO DE MEDIDAS NO INTUITO DE REGULAMENTAR O ART. 88, V, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, QUE DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO INICIAL E INTEGRADO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO.

- Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 363 DO CNJ, DE 12 DE JANEIRO DE 2021

ESTABELECE MEDIDAS PARA O PROCESSO DE ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS A SEREM ADOTADAS PELOS TRIBUNAIS.

RESOLUÇÃO Nº 367 DO CNJ, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES E NORMAS GERAIS PARA A CRIAÇÃO DA CENTRAL DE VAGAS NO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO.

RESOLUÇÃO Nº 369 DO CNJ, DE 19 DE JANEIRO DE 2021

ESTABELECE PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES PARA A SUBSTITUIÇÃO DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE DE GESTANTES, MÃES, PAIS E RESPONSÁVEIS POR CRIANÇAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, NOS TERMOS DOS ARTS. 318 E 318-A DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, E EM CUMPRIMENTO ÀS ORDENS COLETIVAS DE HABEAS CORPUS CONCEDIDAS PELA 2ª TURMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NOS HCs NO 143.641/SP E NO 165.704/DF.

PODER EXECUTIVO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Medidas provisórias

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.026 DO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DE 6 DE JANEIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EXCEPCIONAIS RELATIVAS À AQUISIÇÃO DE VACINAS, INSUMOS, BENS E SERVIÇOS DE LOGÍSTICA, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PUBLICITÁRIA E TREINAMENTOS DESTINADOS À VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 E SOBRE O PLANO NACIONAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19.

GOVERNO DE PERNAMBUCO

- Decretos

DECRETO Nº 50.052 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 7 DE JANEIRO DE 2021

ALTERA O DECRETO NO 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL NO 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

DECRETO Nº 50.077 DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DE 7 DE JANEIRO DE 2021

ALTERA O DECRETO NO 49.055, DE 31 DE MAIO DE 2020, QUE SISTEMATIZA AS REGRAS RELATIVAS ÀS MEDIDAS TEMPORÁRIAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, CONFORME PREVISTO NA LEI FEDERAL NO 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.

PODER LEGISLATIVO

CONGRESSO NACIONAL

- Leis

LEI Nº 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020

MENSAGEM DE VETO ALTERA AS LEIS NOS 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005, 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002, E 8.929, DE 22 DE AGOSTO DE 1994, PARA ATUALIZAR A LEGISLAÇÃO REFERENTE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL, À RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL E À FALÊNCIA DO EMPRESÁRIO E DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO

- Leis

LEI Nº 17.141, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

ALTERA A LEI Nº 16.918, DE 18 DE JUNHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO USO DE MÁSCARAS NOS ESPAÇOS QUE INDICA DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA ACUSADA PELO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, ORIGINADA DE PROJETO DE LEI DE AUTORIA DOS DEPUTADOS JOAQUIM LIRA E SIMONE SANTANA, A FIM DE DISPENSAR AS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, COM DEFICIÊNCIAS SENSORIAIS OU COM QUAISQUER OUTRAS DEFICIÊNCIAS, ASSIM COMO AS CRIANÇAS COM MENOS DE 3 (TRÊS) ANOS DE IDADE, DO USO DE MÁSCARA DE PROTEÇÃO FACIAL.

Decisões judiciais

TRIBUNAIS SUPERIORES

- Comissão de corretagem

Vendedor que desiste de negócio por falta de diligência do corretor não deve pagar comissão

- Contratos de aluguel

Contrato de aluguel é válido mesmo que apenas um dos coproprietários tenha locado o imóvel

- Contratos de seguro de vida

Mesmo que inexista previsão contratual, é possível o recebimento do seguro de vida pelos herdeiros do falecido

- Controle de constitucionalidade

Lei que obriga notificação para vistoria no medidor de energia é constitucional

- Direito do consumidor

STJ fixa em 25% valor a ser retido com fim de contrato de compra e venda de imóvel por culpa do comprador

- Honorários advocatícios

Não há honorários em recurso especial que silencia sobre sucumbência, diz STJ

A sucumbência recíproca, por si só, não afasta a condenação em honorários advocatícios

Dativo que recorre por honorários de sucumbência não precisa pagar preparo

- Questões processuais

Prazo para impugnar cumprimento de sentença não se altera com depósito

Erro de cálculo do PJe afasta intempestividade de recurso

- Responsabilidade civil

STJ admite ocorrência de dano moral contra INSS por fraude previdenciária